

# Psicologia Social

A Psicologia Social é uma disciplina que se constitui justamente no espaço de intersecção entre o indivíduo e a sociedade. Desde seu surgimento, buscou compreender como fatores sociais moldam pensamentos, sentimentos e comportamentos, e como os indivíduos, por sua vez, participam da manutenção e transformação da realidade social. Sua trajetória é marcada por debates epistemológicos, filosóficos e políticos, que definiram diferentes formas de compreender o social, ora privilegiando o indivíduo, ora a coletividade, ora a dimensão histórica.

No século XIX, Auguste Comte, criador do positivismo, foi um dos primeiros pensadores a propor que as ciências sociais deveriam seguir os moldes das ciências naturais. Para Comte, o conhecimento humano evoluía em três estágios: o teológico, que explicava os fenômenos por forças sobrenaturais; o metafísico, que se apoiava em conceitos abstratos; e o positivo, em que o conhecimento deveria basear-se em fatos observáveis e verificáveis. Ao propor a hierarquia das ciências, Comte colocou a sociologia como ciência suprema, capaz de organizar a sociedade a partir da observação e previsão dos fatos. Sua influência foi decisiva para a Psicologia Social tradicional, especialmente nos Estados Unidos, que assumiu o positivismo como base metodológica.

Outro nome fundamental é Émile Durkheim, que consolidou a sociologia como ciência autônoma. Durkheim introduziu o conceito de fato social, definido como maneiras de agir, pensar e sentir exteriores ao indivíduo, que exercem sobre ele uma força coercitiva. Para Durkheim, os fatos sociais devem ser tratados como “coisas”, isto é, como realidades objetivas que existem independentemente da vontade individual. Essa perspectiva fortaleceu a noção de que o social não pode ser reduzido ao psicológico, pois possui leis próprias.

Ainda no século XIX, Gustave Le Bon desenvolveu a Psicologia das Massas, investigando como o comportamento dos indivíduos se modifica quando estão em coletividade. Para ele, nas multidões, o indivíduo tende a perder sua racionalidade e assumir condutas mais impulsivas, guiadas pela emoção. Essa obra influenciou não apenas a psicologia social, mas também a política e a propaganda. Gabriel Tarde, por sua vez, destacou o papel da imitação como mecanismo central da vida social, antecipando temas como influência, conformidade e difusão cultural. Wilhelm Wundt, considerado o pai da psicologia científica, contribuiu não só com a criação da psicologia experimental em laboratório, mas também com a chamada Psicologia dos Povos, que investigava a cultura, a linguagem e os costumes como fenômenos coletivos que não podiam ser explicados apenas pela análise individual.

No início do século XX, três grandes correntes psicológicas marcaram profundamente a Psicologia Social: o Behaviorismo, a Psicanálise e a Gestalt. O Behaviorismo, com autores como Watson e Skinner, defendia que o comportamento deveria ser estudado a partir da relação estímulo-resposta, privilegiando a observação e a mensuração, com foco na previsibilidade. A Psicanálise, de Freud, trouxe a importância do inconsciente, dos conflitos internos e das relações interpessoais, evidenciando que a vida social não se explica apenas por estímulos externos, mas também por processos intrapsíquicos. A Gestalt, por sua vez, enfatizou a percepção e a organização do campo, sustentando que o todo é mais do que a soma das partes e que o comportamento humano deve ser compreendido em sua configuração global.

As duas guerras mundiais representaram um marco para a psicologia social aplicada. A necessidade de compreender fenômenos como propaganda política, liderança, preconceito, obediência e conformidade estimulou uma série de pesquisas. Nesse contexto, Kurt Lewin se destacou ao propor que o comportamento é resultado da interação entre pessoa e ambiente. Sua famosa equação “ $C = f(P, A)$ ” (comportamento é função da pessoa e do ambiente) abriu caminho para experimentos sociais que se tornaram clássicos. Solomon Asch investigou a conformidade em grupos, mostrando como os indivíduos tendem a se alinhar à opinião da maioria, mesmo contra sua própria percepção. Stanley Milgram estudou a obediência à autoridade, revelando como pessoas comuns podem realizar atos cruéis sob ordens legítimas. Philip Zimbardo conduziu o experimento da prisão de Stanford, demonstrando o poder dos papéis sociais e do contexto institucional na transformação de comportamentos. Esses estudos consolidaram a psicologia social como disciplina experimental e empírica, especialmente nos Estados Unidos.

Na segunda metade do século XX, surgiram contribuições teóricas que ampliaram a compreensão do social. Serge Moscovici desenvolveu a teoria das representações sociais, mostrando como grupos constroem e compartilham significados que orientam práticas cotidianas. Henri Tajfel elaborou a teoria da identidade social, explicando como a pertença a grupos é fundamental na constituição da identidade individual e como isso gera fenômenos como favoritismo endogrupal e preconceito. Essas teorias trouxeram uma visão mais ampla do social, não restrita a variáveis experimentais.

Na América Latina, emergiram perspectivas críticas profundamente influenciadas pela realidade social marcada por desigualdade e exclusão. Ignacio Martín-Baró propôs a Psicologia da Libertação, defendendo uma ciência comprometida com a transformação social e com os interesses das populações oprimidas. Maritza Montero desenvolveu a Psicologia Comunitária, voltada para a participação social e o fortalecimento de comunidades. Essas correntes se alinharam ao materialismo histórico-dialético de Marx, enfatizando o homem como ser sócio-histórico e multideterminado, que só pode ser compreendido a partir de sua inserção em condições materiais e históricas concretas.

A Psicologia Social tradicional, também chamada de Psicológica, nasceu nos Estados Unidos sob forte influência do positivismo. Seu objetivo era prever comportamentos e legitimar a psicologia como ciência “dura”, utilizando métodos experimentais e estatísticos. O foco recaía sobre o indivíduo em grupos pequenos, e temas como atitudes, obediência, conformidade e persuasão eram centrais. Entretanto, por reduzir o social ao indivíduo, ignorar a historicidade e naturalizar fenômenos sociais, essa vertente recebeu críticas severas. Em oposição, a Psicologia Social Sociológica, desenvolvida na Europa e na América Latina, assumiu que a realidade social é histórica, cultural e política. Essa abordagem rejeita a neutralidade científica, estuda instituições, ideologias, linguagem e poder, e busca não apenas compreender, mas também transformar a sociedade. Sua crítica central ao positivismo é que toda ciência é política, produzida por sujeitos situados em contextos históricos.

A Psicologia Sócio-Histórica, também latino-americana, representa uma síntese crítica mais radical. Inspirada em Marx e Vigotski, entende que a consciência é produto da vida material e das relações sociais, e que o ser humano é multideterminado, constituído simultaneamente por fatores biológicos, sociais, culturais e históricos. Essa vertente rompe de vez com a ideia de neutralidade, afirmando que o papel da ciência é intervir na realidade.

As bases epistemológicas explicam essas diferenças. O positivismo, originado em Comte, valoriza apenas o conhecimento empírico e lógico, defende causalidade e previsibilidade, e sustentou a Psicologia Social Psicológica. A fenomenologia de Husserl, ao contrário, coloca em destaque a experiência vivida, defendendo que se deve “colocar entre parênteses” os julgamentos prévios para compreender a essência dos fenômenos. Essa perspectiva valorizou a subjetividade e influenciou críticas ao reducionismo. Já o materialismo histórico-dialético de Marx e Engels afirma que a realidade é material, histórica e contraditória, que a transformação se dá por contradições dialéticas, e que a consciência é sempre produto das condições concretas. Foi a base teórica da Psicologia Sócio-Histórica e da Psicologia da Libertação.

Nesse percurso, a questão da multideterminação do homem assume papel central. O indivíduo nasce com predisposições biológicas, mas sua constituição plena depende da interação social e histórica. O comportamento humano, portanto, não pode ser explicado isoladamente, mas como resultado de múltiplos fatores em interação. Esse princípio rompe com visões reducionistas, integrando biologia, sociedade, cultura e história.

Comparando as diferentes vertentes, percebe-se que a Psicologia Social americana, tradicional e experimental, privilegiou o indivíduo e buscou previsibilidade. Já a Psicologia Social europeia e latino-americana desenvolveram uma ciência crítica, histórica e engajada, interessada em compreender instituições, ideologias e processos coletivos. A Psicológica aproximou-se das ciências naturais, a Sociológica enfatizou a crítica e o engajamento político, e a Sócio-Histórica integrou indivíduo, sociedade e história a partir de bases marxistas. A fenomenologia, embora não tenha originado uma escola própria dentro da psicologia social, contribuiu com a valorização da experiência subjetiva e da crítica ao reducionismo.

A Psicologia Social, portanto, é um campo plural, atravessado por tensões entre neutralidade e engajamento, indivíduo e sociedade, reducionismo e multideterminação. Sua história até aqui mostra que não há uma única forma de entender a relação entre sujeito e sociedade, mas diferentes caminhos que refletem disputas epistemológicas e políticas. Estudar essas trajetórias é fundamental para compreender a complexidade do comportamento humano em contexto social e para perceber que toda produção de conhecimento é situada, histórica e atravessada por valores.